

Livro nº. 8

Folha 102





**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 29 de Novembro de 2019**

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 29 de Novembro de 2019**

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a última sessão ordinária do ano de dois mil e dezanove da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, do Decreto - Lei nº75/2013 de 12 de Setembro;**-----
- 2. Nomeação de representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva da segunda revisão ao PDM de Terras de Bouro;**-----
- 3. Autorização da alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com as Juntas de Freguesia;**-----
- 4. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;**-----
- 5. Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;**-----
- 6. Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**-----
- 7. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2020;**-----
- 8. Análise e votação da Quarta revisão aos Documentos Previsionais para 2019;**-----
- 9. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Américo Rodrigues Martins;**-----
- 10. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro Fausto Martins Dias, ex-Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro.**-----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e a vereadora Dr. Ana Genoveva. Estiveram também

presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves e também se registou a ausência justificada do senhor deputado Guilherme José Coelho Alves, substituído este nos termos da Lei pela senhora deputada Maria Severina Fernandes Loureiro.-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise das ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Assim sendo, colocou-se à consideração a ata da sessão ordinária de treze de setembro e sobre a mesma pediu a palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves para referir que o documento estava muito bem elaborado e minucioso.-----

----- Logo de seguida e sem mais intervenções, foi de imediato colocada à votação a ata da sessão anterior e aprovada por unanimidade.-----

----- Passou-se, então, ao período de antes da ordem do dia. Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: o senhor deputado municipal, Manuel Sousa, o senhor deputado municipal, Filipe Mota Pires e a senhora deputada municipal, Eduarda Pereira.-----

----- Assumiu então a palavra o senhor deputado Manuel Sousa nos moldes segundo a transcrição que se segue, na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

----- Nesta Assembleia solicito um pedido de esclarecimento relativamente a uma polémica e conhecida construção, na Vila do Gerês, ao fundo da 20 de Junho. Ficamos, como muitas pessoas ficaram, perplexos com aquela construção mesmo junto à via pública ou mesmo em cima da via pública. O que levou a que esta situação acontecesse? Antes da referida construção chegar a este ponto, recebeu o município alguma reclamação e a resposta foi tardia? Quem é o responsável pelo ocorrido? Qual a solução em vista? A obra vai ficar como

está ou será para demolição? Ao que sabemos, aos vizinhos foi-lhes exigido uma série de condições para que pudessem edificar, neste caso, os critérios não foram os mesmos.-----
Em relação à estrada nacional que liga até à Portela do Homem, onde recentemente ocorreu uma intervenção, sabemos que rapidamente apresentou estragos com o levantamento do paralelo das bermas. Quem está a ser responsabilizado com os custos para uma nova intervenção? Foi garantido o cumprimento dos trabalhos, tendo em conta as exigências que uma infraestrutura destas implica?-----

---- Fim da intervenção e transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

---- De seguida deu início à sua intervenção o senhor Deputado Filipe Mota Pires que, depois dos cumprimentos dirigidos a todos os presentes, aludiu ao assunto de uma construção urbanística que se está a realizar na vila do Gerês e que tem levantado muitas questões. Sobre este assunto, estranha-se desde logo a situação da posse do terreno, pois pelo que se sabem o construtor ou o dono da obra terá adquirido o mesmo e descobre depois que o mesmo terreno não é todo dele e pergunta-se assim como é possível obter um licenciamento nestas condições, indagou o senhor deputado. Depois temos a área do imóvel que se vê que é claramente desproporcional em função da zona de construção e planeamento urbanístico, voltando a questionar o senhor deputado como tal é possível. Como se não bastasse o atrás referido, eis que as obras agora avançam também para a via pública, sublinhou também o senhor deputado que realçou, igualmente, o facto de a câmara municipal ter que assumir as suas responsabilidades nesta questão e esclarecer os munícipes sobre o que se vai passar de seguida. Ainda na sua intervenção, o senhor deputado Filipe Pires abordou a questão da instalação de sinalética por parte do ICNF na zona da Portela do Homem e de como esta situação poderá criar algum constrangimento pois a mesma não está bem colocada, ficando o local afectado pela má colocação das ditas placas de área de protecção total. O senhor deputado terminou de seguida, alertando que o município deve também tomar medidas para alterar o último assunto aqui apresentado.-----

---- A senhora deputada municipal Eduarda Pereira deu logo de seguida início à sua intervenção conforme transcrição que se segue na íntegra:-----

----Boa Noite,-----

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da

Asssembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes. Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de abordar os seguintes assuntos, colocando algumas questões ao Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro:-----

1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-----

Recentemente vimos o nome de Terras de Bouro a ser destacado negativamente nas notícias nacionais, tendo sido referenciado por se encontrar no 2º lugar a nível nacional na lista das autarquias que mais águas desperdiçam diariamente de acordo com o último Relatório da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos em Portugal (ERSAR), no caso de Terras de Bouro com 500 litros de perdas diárias por ramal. Em primeiro lugar, gostaria que comentasse estas notícias e, em segundo lugar, sendo Terras de Bouro um concelho de água e um concelho de água de excelência, quando é que começaremos a fazer mais justiça a uma das nossas maiores potencialidades e a vermos finalmente melhorias na nossa rede de abastecimento de água que não nos faça ser evidenciados pelos piores motivos e a ter uma rede que melhor sirva as nossas populações? Por último, ainda na temática da rede de abastecimento de água, recentemente registaram-se mais uma vez várias queixas de moradores relacionadas com falhas no abastecimento de água, mais especificamente na freguesia da Balança, com indicações de casas que teriam estado aproximadamente 1 semana sem abastecimento de água. Solicito que nos esclareça sobre esta situação, pois atualmente se nós próprios pensássemos que teríamos de estar uma semana sem água, facilmente concluiríamos que é uma situação inaceitável. -----

2. QUADRA FESTIVA: NATAL/PASSAGEM DE ANO-----

Na época festiva que estamos a iniciar de Natal e Passagem de Ano somos visitados por um maior número de turistas e emigrantes e gostaríamos certamente que ainda um maior número escolhesse Terras de Bouro como destino nesta quadra festiva. Vemos também muitos Municípios a apostarem cada vez mais na dinamização e promoção desta época como forma de dinamizar a sua economia, como o exemplo próximo de Braga. Neste âmbito gostava que nos informasse se o Município de Terras de Bouro tem previsto alguma planificação ao nível de atividades ou iniciativas para dinamizar e promover o nosso concelho e desta forma também apoiar e dinamizar a economia local? Mais vez uma vez referenciamos também a importância da existência duma Agenda Cultural que agregue iniciativas públicas e privadas e

potencie a divulgação e promoção das mesmas como forma de contribuir para a referida dinamização.-----

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes iniciou o seu primeiro período de respostas às intervenções já decorridas, não sem antes solicitar e apresentar um pedido de desculpas pelo seu atraso na abertura desta sessão e que tal se ficou a dever à presença, em conjunto com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Vila Real na abertura do Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Prosseguindo e sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente referiu que a questão do terreno da nova construção na vila do Gerês é algo que ultrapassa a câmara municipal, sendo que os técnicos do município avaliaram o processo na parte que lhes competia. Mais informou o Senhor Presidente que o projeto foi aprovado em 2014/2015 e nessa altura o promotor optou por não construir. Mais recentemente e com novo promotor, a obra avançou e a câmara municipal enganou-se na emissão da licença e o mesmo foi alvo de uma acusação. Entretanto, a licença foi remodelada, agora com novos pressupostos para o que deve e está a ser implementado, com a responsabilidade de respeitar isso mesmo a cargo do director técnico da obra. A verdade é que um munícipe local alertou para a situação da construção estar agora a ser encaminhada para a ocupação já do espaço da via pública e com a pretensão de se construir cinco pisos, quando a câmara municipal só autorizou três, sendo disso dado conhecimento aos técnicos municipais da área urbanística. O arquitecto municipal Alfredo Machado não terá, entretanto, verificado a situação e a obra foi avançando, mas a autorização municipal mantém-se só para três pisos, frisou o Senhor Presidente. Continuando, explicou os meandros do processo, nomeadamente, o que está estipulado para a construção dos passeios. O que se passa neste momento é que a câmara municipal fez um embargo parcial, isto para que o prédio se construa só até à sua estabilização e a decisão do município é que terá que se demolir o que se fez a mais, lendo de seguida, o Senhor Presidente, a informação de 6 de novembro do Sr. Eng.º Jerónimo Correia, Chefe da DPU do município e outra informação do Sr. Arquitecto Alfredo Machado, também da DPU, sobre a situação. No decorrer a câmara municipal fez uma participação ao Ministério Público sobre a obra e o técnico responsável da mesma. Relativamente à estrada da Portela do

Homem e também devido às recentes enxurradas a obra não está concluída e o caderno de encargos não foi cumprido, sendo que, o empreiteiro vai agora rectificar a situação mas com algum atraso devido ao mau tempo. Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Filipe Pires sobre a colocação da sinalética pelo ICNF na zona da Portela do Homem, o Senhor Presidente estranha a questão, pois a dita sinalização não proíbe, diz apenas que é de acesso condicionado não impedindo as pessoas de frequentar aquela área. De seguida, o Senhor Presidente sublinhou que o ICNF está a fazer investimentos no parque nacional como nunca fez e, na verdade, a placa referida até é mesma que já existia, mas foi modernizada e não proíbe ninguém de tomar banho naquele local, esta é também a informação que foi remetida pelo ICNF, sublinhou o Senhor Presidente. Já à intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira e sobre a situação da água é uma questão que afeta a todos e a câmara municipal em contacto e colaboração com as juntas de freguesia procura constantemente resolver os problemas. Sobre este assunto, existe um esforço brutal do município para melhorar a rede de água com intervenções em vinte reservatórios e planos para mais vinte no ano que vem, estruturas que serão totalmente impermeabilizadas, referindo ainda o Senhor Presidente uma reunião que decorreu com a empresa Águas do Norte para debater estes assuntos. Aliás, estes procedimentos destinam-se a combater certos problemas pois é impensável com os nossos rios e albufeiras, não ter água nas torneiras, sublinhou também o Senhor Presidente. Continuando, disse que felizmente existem centenas de captações, mas também é verdade que são precisas análises periódicas às mesmas, que são caras e significam um enorme esforço financeiros para o município. Estes problemas deviam ter sido resolvidos gradualmente há muito tempo e agora cabe a este Executivo assegurar essa tarefa que acarreta um investimento significativo para melhorar a qualidade de vida das pessoas, esta é a realidade, frisou, igualmente, o Senhor Presidente. No que diz respeito à falha de água na Balança, tal não aconteceu durante a semana toda, mas houve efectivamente problemas, explicados entretanto com a realização de obras na freguesia para que a situação não se repita. Sobre as festividades do Natal não há nada a registar, sendo atribuído um apoio à Associação Viver Gerês para promoção em determinados períodos do ano, concluiu o Senhor Presidente, nesta fase.-----

----- Ainda neste período e sobre os últimos temas abordados, o senhor deputado Filipe Pires voltou a requerer o uso da palavra para se referir novamente à obra embargada na vila do Gerês e de como seria importante perceber afinal de quem é o terreno ou parte dele onde está a

ser realizada a dita obra e, se é da câmara municipal, apurar responsabilidades é fundamental, pois não se atribui uma licença sem se saber quem é o dono do mesmo terreno e muito menos a dois proprietários. Continuando, ainda questionou a justificação do embargo parcial referido nesta sessão, irá ser feito um corte na estrutura, desvia-se a estrada, questionou o senhor deputado Filipe Pires. Na verdade, não há memória de uma situação assim e manifestou o senhor deputado a sua discordância por tal medida, pois o embargo deveria ser total, correndo-se ainda o risco de criar assim um precedente que não poderá prejudicar os terrabourenses em situações semelhantes no futuro, não deixando também de dizer que a obra esteve parada dois meses e nada se fez. Por fim e sobre as placas do ICNF não há aqui elogios divididos, o plano do ICNF foi discutido e é conhecido, mas as placas deviam ser colocadas no local correto, pois o mesmo plano de ordenamento do ICNF é muito claro nas suas condicionantes, concluiu o senhor deputado Filipe Pires.-----

---- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. -----

---- Não se registaram intervenções. -----

---- Logo após deu-se início à discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, do Decreto - Lei nº75/2013 de 12 de Setembro;**-----
- 2. Nomeação de representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva da segunda revisão ao PDM de Terras de Bouro;**-----
- 3. Autorização da alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com as Juntas de Freguesia;**-----
- 4. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;**-----
- 5. Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;**-----
- 6. Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**-----
- 7. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2020;**-----
- 8. Análise e votação da Quarta revisão aos Documentos Previsionais para 2019;**-----
- 9. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Américo Rodrigues Martins;**-----

Livro n.º. 8

Folha 106

10. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro Fausto Martins Dias, ex-Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, para além da comunicação sobre o valor da receita das operações orçamentais até dia vinte e cinco de novembro que era de oito milhões, oitocentos e seis mil, quinhentos e quarenta euros e dezanove cêntimos e até ao mesmo dia, mas no que diz à despesa, o valor era de oito milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e noventa e um euros e sete cêntimos, procedeu também à apresentação das atividades do Município realizadas após a última sessão deste órgão assim e no que diz respeito à Divisão de Planeamento e Urbanismo, o Senhor Presidente referiu o processo de Revisão do PDM a decorrer, a emissão de licenças de utilização e de construção, assim como de outros documentos da responsabilidade desta divisão. Sobre a Divisão de Obras Municipais referiu a assinatura do contrato do Parque Verde Urbano de Moimenta, obras em fase de projeto, pedidos de pareceres, obras em curso nos equipamentos municipais, nas vias de comunicação, nas águas e no saneamento. O Feriado Municipal do 20 de outubro, o Encontro da Pessoa Idosa, a XIX Feira de São Martinho nas Terras do Gerês, a abertura do ano letivo, a presença em Lóbios no Congresso Internacional de Termalismo, a realização da Taça de Enduro BTT, a visita no âmbito da Geminação, o Festival de Bandas Filarmónicas e a realização no dia seguinte da prova Gerês Extreme Marathon com a presença de mais de mil atletas na vila do Gerês, mereceram, igualmente, referência do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes. -----

----- Continuando a sessão e sobre o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, e tratando-se de um processo de eleição, o mesmo será, naturalmente, realizado sob voto secreto dos membros da assembleia municipal.-----

----- Sobre este ponto, solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento a senhora deputada Eduarda Pereira. -----

----- A este pedido respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal justificando este processo com o enquadramento legal da situação e de como existe a necessidade de a assembleia escolher e nomear um membro para participar nas reuniões que decorrerão até julho de 2020 no âmbito da Comissão Consultiva da segunda revisão ao PDM de Terras de

Bouro. Neste momento, temos nos serviços municipais 185 pedidos de desafetação, o que demonstra o interesse manifestado, comunicou o Senhor Presidente, realçando a importância de se escolher alguém com alguns conhecimentos para defender Terras de Bouro nestes encontros de trabalho sobre esta matéria. -----

----- Assim sendo e logo a seguir, a senhora deputada Eduarda Pereira, do Movimento Independente Terras de Bouro é o Nosso Partido, pediu a palavra para informar que a sua bancada iria propor a Dr.^a Sílvia Fujaco para o processo de eleição.-----

----- De igual forma, mas a representar a bancada do PSD, a senhora deputada Elisa Lameira propôs o Dr. Augusto Braga para o mesmo efeito. -----

----- Ainda sobre este processo, o senhor deputado Filipe Pires comunicou que a bancada do Partido Socialista também propunha o nome da Dr.^a Sílvia Fujaco.-----

----- Também sobre este ponto, pediu a palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves para dizer que é uma situação conflagradora, a candidatura do Dr. Augusto Braga, porque se trata do presidente da assembleia municipal que e cita-se” nos representa a todos”, fim de citação.--

----- Seguidamente decorreu o processo de votação por voto secreto e após o normal escrutínio os resultados obtidos foram: o Dr. Augusto Braga, 20 votos e a Dr.^a Sílvia Fujaco, 9 votos. Assim, o Dr. Augusto Braga foi eleito representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva da segunda revisão ao PDM de Terras de Bouro.-----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou ao uso da palavra para explicar a necessidade da autorização da alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com as juntas de freguesia, como forma de criar um meio mais eficiente no processo de transferência de verbas para o financiamento das obras necessárias.-----

----- Colocado seguidamente à votação, face à inexistência de intervenções, foi aprovado o terceiro ponto da ordem de trabalhos por unanimidade. -----

----- Sobre o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, “Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis”, foi aberto o período de inscrições para intervenções, não se tendo registado qualquer pedido. O senhor Presidente da Câmara Municipal leu a proposta, que fixa o valor para o efeito nos 0,3%-----

----- Após a leitura do documento e sem intervenções colocou-se à votação o quarto ponto da

Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com a abstenção dos quatro deputados do Partido Socialista. -----

----- Seguidamente foi apresentado o quinto ponto da ordem de trabalhos, “Proposta sobre a Derrama”. O senhor Presidente da Câmara Municipal leu igualmente a proposta, que fixa o valor para o efeito nos 1,4 e 0,2%, este último valor aplicável aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior inferior a 150.000,00 euros. -----

----- Relativamente a este ponto solicitou a palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves para afirmar que as justificações dadas para os valores em causa são as mesmas dos mandatos anteriores e da forma que convém ao senhor Presidente da Câmara Municipal. O senhor deputado afirmou que a derrama devia ser modificada, já que este valor está muito perto do máximo e assim se torna ainda mais difícil investir em Terras de Bouro, pois até entramos em competição com os concelhos vizinhos onde não se paga. O Senhor Presidente demonstra pouca preocupação com esta situação, frisou o senhor deputado Ricardo Gonçalves, pois se assim não fosse, daria sinais positivos diferentes, perdendo assim Terras de Bouro gente no presente. Aliás, disse o senhor deputado, não se devia pensar só no futuro, no presente devia existir mais acção e assim devíamos competir com Braga e Vila Verde neste assunto.-----

----- Logo depois, o quinto ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com quatro votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o sexto ponto da ordem de trabalhos, “Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem” e o senhor Presidente da Câmara Municipal leu igualmente a proposta, que fixa o valor para o efeito nos 0,25%.-----

----- Aberto o período de inscrições, o senhor deputado Manuel Sousa usou da palavra para informar que o seu sentido de voto, abstenção, se justificaria por questões profissionais.-----

----- Imediatamente colocado à votação, o sexto ponto foi aprovado por maioria com seis abstenções, duas do Movimento Independente Terras de Bouro é o Nosso Partido e quatro dos deputados do Partido Socialista. -----

----- De seguida entrou-se na discussão do sétimo ponto, “Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2020” tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmado o seguinte e cita-se:” Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, apresenta-se aos competentes

órgãos autárquicos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com o presente Relatório, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de 2020, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo do presente mandato autárquico. Através deste documento é possível tomar plena consciência e conhecimento generalizado e de forma sustentada, daquelas que são as opções do Executivo em permanência, das suas estratégias, dos seus objetivos e dos vetores que hão-de nortear e orientar a materialização da planificação delineada. Mantemos a determinação de tudo fazer para não defraudar as expectativas criadas aos Terrabourenses naquelas que foram as nossas propostas e os nossos compromissos, que concorreram para que tivessem depositado a confiança em nós. Nesse sentido tudo temos feito para cimentar essa confiança e dar melhores condições de vida a todos os munícipes. Muito trabalho já foi realizado durante estes dois anos de mandato, quer através da diplomacia política juntos dos órgãos governamentais, quer de uma persistente busca de recursos financeiros, aproveitando as oportunidades que vão surgindo com candidaturas aos Fundos Estruturais. O ano de 2020 dará pois continuidade a este trabalho, podendo mesmo ser considerado o ano das concretizações de investimentos consideráveis no nosso Concelho. Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana serão para manter. No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, prosseguir-se-á com as respostas absolutamente necessárias, fazendo-se uma avaliação da sua correta implementação. Também a nível da saúde, educação, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo manteremos a cooperação e o investimento. Prova deste empenhamento são as Candidaturas já efetuadas e a efetuar, para estas áreas, tendo como designação a CULTURA para TODOS; CLDS 4GEIRA – Gerações, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro; Projeto CHEGA +; Projeto Envolver; Cávado Mais Igual. Na área da habitação e com a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), que está a decorrer, tudo faremos para iniciar o processo de desafectação de terrenos para criar zonas de construção e tendo também em vista o alargamento dos Parques Empresariais. O património municipal também não será descorado e, atendendo aos constrangimentos orçamentais do Município, foram submetidas várias candidaturas, direcionadas a vertentes distintas, tais como, a requalificação e beneficiação de vários edifícios municipais, de forma dotá-los de uma melhor eficiência energética. O turismo

continuará a merecer toda a nossa atenção acolhendo as propostas dos agentes de desenvolvimento local, de novos investidores e investimentos, mantendo-se os trilhos limpos e sinalizados, e criando melhores condições de acessibilidade e segurança aos miradouros. Sabemos e temos plena consciência que o caminho é longo e que muito há para fazer, mas também sabemos o que queremos, por onde ir e as metas que desejamos alcançar. Esta é a garantia que damos a todos os municípios. O orçamento para o ano de 2020 tem um aumento na ordem dos 14,6%.-----

----- É um orçamento municipal que atinge o montante de € 14.822.178, elaborado com o respeito de todas as normas legais em vigor, que irá, estamos certos, contribuir para a melhoria das condições de vida de todos os Terrabourenses.”, fim de citação.-----

Para além desta intervenção, o Senhor Presidente procedeu a uma apresentação em formato digital das” Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2020”, onde entre outros destacou o açude no Rio Homem, a beneficiação do caminho florestal da Portela do Homem e da Bouça da Mó, o Canil Municipal, a Ecovia do Rio Homem, o Parque da Vila, as intervenções na Avenida 20 de junho e Miguel Torga na vila do Gerês, a requalificação da estrada de Carvalheira e Pergoim, os projetos no âmbito do Minho Inovação, a rede pedonal entre Rio Caldo e Vilar da Veiga, a Praia do Alqueirão, intervenções no âmbito da eficiência energética, requalificações dentro do Projeto da Raia Termal, as impermeabilizações dos depósitos de água, realizadas e previstas e ainda a intervenção com projeto aprovado no Bairro da EDP em Valdosende, obras que custa 900.000,00 euros e só tem um financiamento de 40.000,00 euros, realçando que será reformulada a dita candidatura. Mereceram também destaque pelo Senhor Presidente, o processo do Pavilhão Municipal da Balança, as ajudas e apoios aos agricultores, a criação de mais vagas no quadro municipal, com maior dinâmica no funcionamento dos serviços e o muito empenho deste Executivo em conjugação com as juntas de freguesia para que este plano e este orçamento sejam concretizados, terminando desta forma a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre este ponto.-----

----- Aberto o período de inscrições sobre este assunto, pediu a palavra o senhor deputado Manuel Sousa segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

Quem lê, através dos jornais e outras plataformas de informação que o Orçamento Municipal

para 2020 é de 14.822.178 Euros, ou seja, 14,6% superior ao do ano passado, pensará que o município de Terras de Bouro está num caminho de desenvolvimento. Pese que não seja com o mesmo destaque noticioso as revisões que podem ocorrer durante o ano de 2020, para anulação de valores que estejam inflacionados, tal como a revisão orçamental que, hoje, será apresentada a votação. Sabemos que os Orçamentos, no momento em que são apresentados, procuram demonstrar a convicção das obras que se pretendem realizar no nosso concelho; trata-se no fundo de uma forma de propaganda, quando na realidade os Orçamentos deste concelho são sempre na mesma linha de investimentos dos anos anteriores. Como podemos acreditar nas intenções que nos apresenta neste documento, onde afirma como “podendo mesmo ser considerado o ano das concretizações de investimentos consideráveis no nosso Concelho”, quando no documento do ano anterior referiu “temos hoje um melhor conhecimento da realidade do nosso Município, que nos permite afirmar que o ano de 2019 será um ano de investimentos consideráveis no nosso concelho”. As grandes propostas que nos apresentou para 2019 transitam para 2020. A questão é: vai realizar em 2020? Qual o compromisso que pode assumir para a concretização? Como poderemos acreditar na mudança quando temos projetos previstos, neste orçamento, sem dotação orçamental para 2020? Ficamos na incerteza da sua concretização e acreditamos que sejam arrastados sucessivamente, orçamento a orçamento, para os anos seguintes. Gostaríamos de saber se foram acutelados os custos com o pessoal, tendo em conta que, do orçamento passado para o atual, o mapa de pessoal passou de 186 para 206 postos ocupados, porém, nos encargos previstos apenas há um acréscimo de 149.900 Euros. Desde a página 16 até à página 20 são apresentadas muitas ideias interessantes, mas que, mas que na sua maioria são ideias sem dotação orçamental e nos faz acreditar que, mais um ano e seja uma oportunidade perdida de mudança. Existem muitas carências neste concelho. Existem muitas necessidades básicas para serem resolvidas, desde acessibilidades, saneamento e abastecimento de água, ainda hoje aqui discutidas, infraestruturas na área do turismo, que têm de merecer uma atenção maior. O Senhor Presidente já aqui nos falou de vários estudos em curso, ideias pensadas, mas falta a sua concretização. É importante que pense na frase que escreveu, neste documento “Nesse sentido tudo temos feito para cimentar essa confiança e dar melhores condições de vida a todos os munícipes. “ Há muito trabalho pela frente e estamos já na apresentação do terceiro

Orçamento deste mandato, já só falta mais um. O tempo urge e corre o risco que se chegue à conclusão que tudo permaneceu na mesma nestes últimos anos. Ficamos sempre na falsa expectativa de que “para o ano é que vai ser” e depois constatamos que tudo permaneceu igual.-----

---- O grupo de deputados Terras de Bouro o Nosso Partido em algum momento pretende bloquear a sua governação; apresentou voto de confiança, embora conscientes das dúvidas, ao votar a favor do orçamento para 2019. Perante este documento, hoje apresentado a votação, não podemos ficar indiferentes e merece este nosso reparo. Não somos contra as propostas apresentadas, temos dúvidas na sua concretização.-----

---- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa. -----

----- Logo depois e sobre o mesmo tema interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para frisar que o próximo ano será um período-chave para as obras na sua freguesia, como as requalificações das vias ou o Banco do Ramalho, congratulando-se com este plano e dando os parabéns pelo mesmo ao Senhor Presidente. Mais afirmou que a freguesia de Vilar da Veiga foi muito prejudicada nos últimos oito anos e que se o município precisar de recorrer novamente aos bancos pode contar com o seu voto e até com os votos de alguns que, anteriormente, votaram contra, frisou e concluiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- A intervenção seguinte foi da autoria da senhora deputada Isménia Loureiro nos moldes que, de seguida, se transcrevem na íntegra:-----

-----Boa noite.-----

Cumprimento o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Munícipes presentes.-----

Entendemos pertinente a intervenção neste ponto da ordem de trabalhos para louvar o desempenho do Executivo também neste ano civil, à semelhança do que já fizemos no ano transato.-----

Pois é precisamente no seguimento de todas as ações e obras já concretizadas que foi pensado o documento relativo às grandes opções do plano e orçamento da receita e de despesa para o ano de 2020. Consideramos que este está adequado ao nosso território, permitindo valorizar, aperfeiçoar e/ou criar serviços e infraestruturas. Este é um instrumento abrangente, que

contempla todo o território municipal através das várias iniciativas propostas.-----

-Não podemos, neste contexto, deixar de referir que, a par de toda a despesa corrente plasmada neste instrumento de gestão que, como é óbvio, deve ser assegurada dentro de uma perspetiva financeira de absoluto rigor, verificamos também, com muita satisfação, que há uma boa programação de investimento, quer na concretização de várias iniciativas, quer, sobretudo, na implementação de um plano de obras de grande importância que, na sequência do que já está a ser executado, concorrerá para criar muito melhores condições para todos e catapultar o nosso Concelho na prometida senda do desenvolvimento.-----

----- Assim, manifestamos o nosso total apoio a este executivo e muito agrado por constatar que o mesmo continua a demonstrar trabalho e coragem, bem como, a empenhar-se na consecução dos seus objetivos de modo a contribuir para um melhor futuro dos nossos municípios.-----

----- Bem hajam. -----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro.-----

----- O senhor deputado Ricardo Gonçalves foi o interveniente seguinte sobre o sétimo ponto da ordem de trabalhos. Depois dos cumprimentos a todos os presentes, o senhor deputado começou por referir o aproveitamento que o senhor Presidente da Câmara Municipal faz das novas tecnologias, é um homem de negócios e faz propaganda com isso, aliás com obras que já se falam há vinte anos, frisou. Agora usa-se a realidade virtual para se tornar real obras que são financiadas pela Europa, afirmando, igualmente, o senhor deputado que o nosso concelho tem características muito próprias e já se sabe que não se pode construir em quase todo o lado, ficando desta forma despovoado. o que se devia fazer, continuou o senhor deputado, era manter as zonas agrícolas e alargar a construção nas outras zonas, fazendo negócios com privados para possibilitar a construção. Este orçamento não tem uma linha sobre emprego e fixação de jovens, sublinhou o senhor deputado Ricardo Gonçalves. O Senhor Presidente usa muito a propaganda, veja-se o exemplo do Parque da Balança, afirmando ainda o senhor deputado que a aposta na Educação, área que foi sempre muito apoiada pelo município, não traz nada de novo. Além disto, a câmara municipal faz muito bem em aproveitar os fundos comunitários, mas também somos o concelho mais atrasado. As obras anunciadas trazem pessoas, jovens, população, questionou o senhor deputado, para logo a seguir afirmar que não

existem estudos sobre isso. São assim obras sem consequências para o desenvolvimento do concelho, como foram o Centro do Garrano, as pontes mais recentes, etc, tudo planeado e construído sem estudos, frisou também. Relativamente às estradas, a mesma opção, em Terras de Bouro faz-se muito em “cima do joelho”, dizendo o senhor deputado Ricardo Gonçalves que o Presidente da Câmara Municipal investe onde os independentes ganharam as eleições para daí tirar dividendos políticos, essa é a intenção, sublinhou também. Este orçamento, continuou, é para ganhar votos aos independentes e até se pode endividar porque a câmara anterior andou só a pagar dívidas, disse também o senhor deputado. De seguida aludiu a questões antigas, como a pretensão de ligação à A3, depois da ponte feita, obra que nunca existiu nem a intenção de se fazer. Também o senhor deputado sempre teve a ideia de criar o açude no Rio Homem e igual opinião já tinha tido anteriormente sobre a deslocalização da feira semanal para o centro da vila. O Senhor Presidente, frisou, deve explicar muito bem o que quer para o concelho e qual a estratégia, pois só recorrer a empréstimos e fundos comunitários não chega. Aliás, concluiu o senhor deputado Ricardo Gonçalves e cita-se” este presidente tem a última oportunidade de gerir os fundos desta forma porque os critérios de atribuição dos valores vão ser modificados”, fim de citação e intervenção do senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- Iniciou-se logo depois o período de resposta por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal e ao senhor deputado Manuel Sousa respondeu que os procedimentos a adotar nas elaborações dos orçamentos são concretizados em função do empenho e vontade que temos, porque achamos que este é o caminho que queremos e devemos percorrer. Mais disse o Senhor Presidente que há propostas que necessitam de reforço, sublinhando também que 2019 foi um ano de mudança e as obras em curso ou adjudicadas alusivas a este período, como a intervenção na Mata da Albergaria, a ecovia, o Parque da Vila ou a Avenida 20 de junho. Da parte da oposição, não chegou nenhuma proposta, já que as forças partidárias aqui representadas optaram por não contribuir em nada para o plano, apesar de ter sido dada essa oportunidade frisou o Senhor Presidente.-----

----- Sobre esta última intervenção, o senhor deputado Alexandre Pereira pediu a palavra para referir que o leque apresentado no plano é muito vasto e não foi necessário apresentar sugestões. -----

----- Voltando a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que sobre os empréstimos nada é mais normal do que recorrer a estes quando são necessários e há

possibilidade para tal, pois é também desta foram que as obras anunciadas há tantos anos estão agora finalmente no terreno. O Governo tem assumido responsabilidades no nosso concelho, nomeadamente, através do Ministro do Ambiente e nós tudo faremos para ir de encontro às necessidades de todos os munícipes, ao contrário do aqui se afirmou, de que existe uma estratégia para fazer obras onde os independentes ganharam as eleições, sublinhou o Senhor Presidente. De seguida, o Senhor Presidente agradeceu também ao Dr. Paulo Antunes e à sua equipa a elaboração Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2020.-----

----- O senhor deputado Manuel Sousa pediu, momentaneamente, a palavra para referir que o Movimento Independente Terras de Bouro é o Nosso Partido apresenta propostas nas reuniões. -----

----- Imediatamente a seguir, o senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para registar e agradecer a intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro e quanto à intervenção do senhor deputado Ricardo Gonçalves disse que o PDM foi revisto em 2015 e agora será também em 2020. Os serviços municipais estão a explicar e a registar os pedidos devidamente identificados e com alargamento do prazo. Mais afirmou o Senhor Presidente que há muita burocracia neste processo e algum fundamentalismo sem lógica, dada a diversidade do nosso território. As obras anunciadas não são propaganda, são sim o reflexo da responsabilidade deste Executivo e da sua vontade de concretizar este plano, frisou e concluiu o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ainda sobre este ponto, o Dr. Paulo Antunes interveio de seguida para apresentar as devidas explicações técnicas sobre as Grandes Opções do Plano para 2020. -----

----- Imediatamente a seguir, as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2020 foram colocadas à votação e aprovadas por maioria com nove abstenções, cinco votos dos deputados do Movimento Independente Terras de Bouro e quatro votos do Partido Socialista com intenção assumida de Declaração de Voto sobre esta matéria.-----

----- Prosseguindo a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o oitavo ponto, “Quarta revisão aos Documentos Previsionais para 2019” e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta referida para aprovação e onde dizia que: “o desenvolvimento de diversos projectos com financiamento comunitário e ou por recurso a

financiamento bancário, devido a vicissitudes várias, não serão objecto de lançamento dos respectivos procedimentos pré-contratuais no corrente ano de 2019. São os casos: da aquisição e adaptação de pavilhão para armazém municipal que aguarda a respectiva avaliação externa; a requalificação da Rua Miguel Torga, que após um concurso público, ficou deserto e necessita de reforço orçamental; a construção do CRO Municipal, cuja execução financeira ocorrerá totalmente em 2020; da Ecovia do Cávado e Homem- troço Moimenta a Souto, que se encontra na fase de levantamento dos proprietários dos respectivos terrenos; da adaptação do pavilhão industrial de Moure, cujo projeto de execução se encontra em elaboração pelos serviços municipais e da requalificação dado CM 1276, na Ermida, que se encontra em fase de identificação e negociação dos terrenos para o alargamento daquela via”.-----

----- Sobre este ponto solicitou a palavra o senhor deputado Manuel Sousa segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

----- Em 2019 estava escrito nos Documentos Provisoriais “O orçamento tem um aumento significativo, na ordem dos 23,4%, o que há muitos anos não se verificava.” Este ano estamos a rever esse orçamento. No ano passado, em altura de aprovação das Grandes Opções do Plano, disse “espanta-nos o orçamento para 2019, que ascende aos 12 903 624 Euros. Diria mesmo que estamos perante um milagre de multiplicação das receitas. Como é possível prever um aumento das transferências de capital na ordem dos 3 974 631 Euros, tendo por base a aprovação de projetos, para os quais não sabemos se os valores serão atribuídos.” Na altura, o Sr. Presidente do Executivo, referia que se tratava de uma intenção; que a nosso ver era nada mais que propaganda, para que o eleitorado ficasse com a ideia da mudança de rumo; uma mudança que consideramos camuflada. Na hora de rever o orçamento, para anular os valores inflacionados, como esta revisão que aqui se encontra a votação, na ordem de 1.697.272 Euros, os eleitores não terão a ideia de que tudo não se tratou de mera ilusão e cálculo matemático, que a bem da verdade, está certo, mas, podemos considerar jogada política.-----

--- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Relativamente às palavras do senhor deputado Manuel Sousa, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que não há nenhum ilusionismo político, explicando os meandros dos concursos e respectivos lançamentos, assim como os candidatos que se apresentaram. No que diz respeito aos empréstimos, foram aqui apresentadas as propostas e aprovadas as mesmas, explicando o Senhor Presidente os valores e também as suas aplicações.-----

----- Imediatamente a seguir foi o oitavo ponto colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Seguiu-se a apresentação e deliberação do nono ponto, “Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Américo Rodrigues Martins”, funcionário zeloso, competente e empenhado do Município de Terras de Bouro durante dezasseis anos. Aprovado por unanimidade, consignou-se o respectivo Minuto de Silêncio. -----

----- Por último, o décimo ponto da ordem de trabalhos, “Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro Fausto Martins Dias, ex-Vereador da Câmara Municipal de Terras de Bouro”, que foi igualmente aprovado por unanimidade e consignado o respectivo Minuto de Silêncio. -----

----- Ainda antes do final da sessão, o senhor deputado Filipe Pires solicitou a palavra à Mesa para sublinhar que o Direito à Oposição é um facto político que deve ser tido em conta com respeito e elevação nesta assembleia municipal, apelando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que situações menos próprias não ocorram nestas sessões.-----

----- A esta última intervenção respondeu o senhor Presidente da Assembleia Municipal para afirmar que há situações que devem ser revistas, o senhor deputado terá uma certa razão, mas as atitudes de elevação e respeito terão de partir de todos, frisou. Mais sublinhou que há excessos que devem ser controlados e intervenções mais acaloradas que serão, certamente, mais verificadas no futuro, sendo que, todos nós queremos o melhor para Terras de Bouro.-----

----- Também sobre este tema, o senhor deputado Ricardo Gonçalves pediu a palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Assembleia Municipal instigam determinados comportamentos com ataques desproporcionados e isso não está correto, referindo mesmo os termos comportamentais e cita-se” racista e xenófobo”, fim de citação.-----

----- De igual forma, o senhor deputado Alexandre Pereira aludiu ao mesmo assunto e sobre as declarações do senhor deputado Ricardo Gonçalves, relativamente ao PDM, elas acontecem porque o senhor deputado esteve ausente e não tem conhecimento do processo. Já relativamente à intimidação de que falam os senhores deputados, o senhor deputado Alexandre Pereira afirmou que estes não têm razão nenhuma. O problema é que as votações são hoje ao contrário do que foram no mandato anterior e o senhor deputado Ricardo

Livro nº. 7
Folha 112

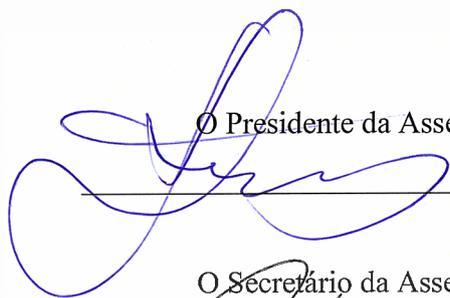
Gonçalves, que já foi presidente desta assembleia, era na altura a única oposição ao PSD, disse o senhor deputado Alexandre Pereira, que concluiu declarando e cita-se” que a assembleia municipal é hoje diferente, mais jovem e com outras políticas”, fim de citação.-----

----- Neste período final, o senhor Presidente da Câmara Municipal também usou da palavra para se referir ao senhor Engenheiro Fausto Dias, um cidadão terrabourense que merece hoje aqui o nosso destaque e a nossa homenagem, sublinhou o Senhor Presidente, que afirmou também que pensou que o Partido Socialista traria a esta assembleia igual intenção de voto. O senhor Engenheiro Fausto Dias, continuou, foi o único grande opositor ao Dr. Araújo e ao PSD, salientado de novo o facto de este voto ser apresentado pelo presidente do município, que é do PSD e não pelo PS. Aliás, a filha do Dr. Araújo e o genro prestaram uma bonita homenagem ao senhor Engenheiro Fausto Dias, ao lerem na missa do funeral, demonstrando assim um hino à amizade, para além da política, frisou o Senhor Presidente. Ainda na sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse concordar com o respeito e a elevação nesta assembleia, como referiu o senhor deputado Filipe Pires, mas também é verdade que há que demonstrar vontade para tal, concluiu.-----

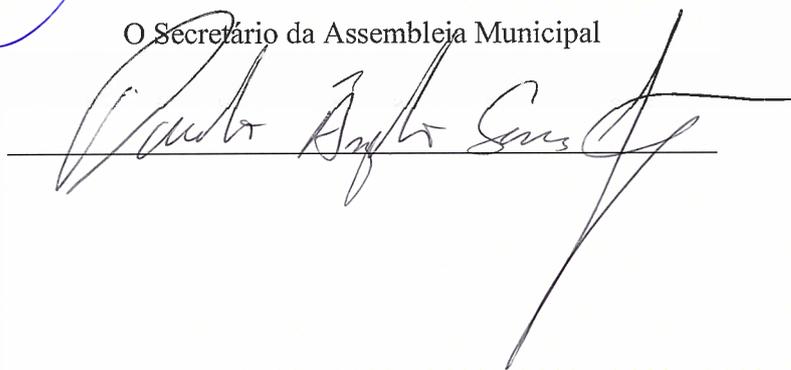
----- Ainda sobre o último ponto e as suas intervenções, pediu a palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves para referir que conheceu o senhor Engenheiro Fausto Dias há mais de 30 anos, um Homem que, nas suas palavras, lutou contra tudo e contra todos, dizendo mesmo que o Fausto Dias estará para Terras de Bouro como o Mário Soares está para Portugal. Quando aqui se disse que a câmara municipal é que apresentou o voto e não Partido Socialista, a verdade é que não se ia entrar em jogos políticos por causa desta situação e não é correto que se use este caso para atacar o PS, sublinhou o senhor deputado. Mais disse que o Engenheiro Fausto Dias foi um Homem do Mundo que queria morrer em Terras de Bouro, mas infelizmente não foi possível. Ele adorava a política e apesar de viver num “ambiente inimigo” nunca deixou de fazer política em Terras de Bouro e com muito gosto, fazendo disso pedagogia e há, inclusive, ideias para o concelho que já tinham sido mencionadas no seu tempo, reiterou e terminou o senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- Sendo zero horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, desejou a todos um Feliz Natal e um Bom Ano Novo e deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

O Secretário da Assembleia Municipal

A handwritten signature in black ink, featuring a large initial 'P' and a long, sweeping horizontal stroke.